



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIA HILA PEREIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERCEPÇÃO QUANTO A
EXECUÇÃO DO PROGRAMA E AS AÇÕES REALIZADAS
EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO
NORTE – CEARÁ, NO PERÍODO DE 2014 A 2015.**

LIMOEIRO DO NORTE -CEARÁ
2017



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERCEPÇÃO QUANTO A
EXECUÇÃO DO PROGRAMA E AS AÇÕES REALIZADAS
EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE
– CEARÁ, NO PERÍODO DE 2014 A 2015.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de
Graduação em Administração
Pública da UNILAB, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Orientador(a): Prof(a). Maria Denise Nunes Rodrigues

LIMOEIRO DO NORTE -CEARÁ
2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

P493e

Pereira, Maria Hila.

Educação inclusiva: uma percepção quanto a execução do programa e as ações realizadas em uma escola no município de Limoeiro do Norte – Ceará, no período de 2014 a 2015. / Maria Hila Pereira. – Limoeiro do Norte, 2017.

32 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Maia Denise Nunes Rodrigues.
Inclui Tabelas e Referências.

1. Educação inclusiva. I. Título.

CDD 371.9

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pelo dom da vida e bela força que nos motiva e faz caminhar na busca da concretização de nossos sonhos.

A todos que fazem a UNILAB pelo esforço de ofertar um curso a distância, e pelo empenho em mantê-lo.

A equipe do Polo da UAB de Limoeiro de Norte pela parceria com a UNILAB e pelo acolhimento no decorrer do curso.

Aos tutores presenciais e a distância, em especial Raimundinha e Antônio Marcos, pela motivação, cuidados e carinho no decorrer dos seis primeiros semestres.

Aos colegas e amigos de sala pelo compartilhamento de experiências, aprendizado e crescimento pessoal/profissional.

A minha família por abrir mão da minha convivência durante alguns sábados e pelo apoio e incentivos incondicionais durante todo o curso.

MARIA HILA PEREIRA

TÍTULO: Educação Inclusiva: Uma percepção quanto à execução do programa e as ações realizadas em uma escola no município de limoeiro do norte – Ceará, no período de 2014 a 2015.

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 18 de fevereiro de 2017

Nota: _____

Banca Examinadora

Prof^a.Dra. Maia Denise Nunes Rodrigues (Orientador(a))

Prof. Dr. Milton Jarbas Rodrigues Chagas

Prof.^a Dra. Edmara Chaves Costa

RESUMO

De acordo com Carvalho (1998) e Oliveira e Poker (2002), o modelo da escola inclusiva supõe, conceitualmente, uma educação de qualidade dada para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade com os com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que beneficia a todos os alunos, sem discriminação. O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a percepção das mães de alunos especiais de uma escola municipal de limoeiro do norte quanto à execução do programa educação inclusiva. E como objetivos específicos: Descrever a metodologia do programa; mostrar as dificuldades encontradas na execução do mesmo; e verificar a aplicação das ações. Sobre a metodologia declaro que para que esse trabalho fosse desenvolvido, foi realizada uma pesquisa em sites sobre o assunto mencionado, e uma pesquisa de campo. A pesquisa a ser realizada classifica-se como explicativa qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários contendo 13 questões e de conversa direta com o gestor da instituição e também uma pequena entrevista com algumas mães de alunos. Várias dificuldades foram encontradas no programa, por exemplos: interagir com os mesmos e entender certos comportamentos. As soluções para esses problemas são realizadas através de adequações da própria escola com a parceria da secretaria de educação. Também houve aplicações de ações governamentais nesse período. Conclui-se que o aluno especial está sendo atendido, coisa que antes não tinham ferramenta para que eles vinhessem a pertencer a escola. As ações são diversificadas com propósito e evolução significativa, que através das mesmas o aluno desenvolverá suas habilidades dentro das suas limitações.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva _ ações governamentais_ aluno especial.

Abstract

According to Carvalho (1998) and Oliveira and Poker (2002), the inclusive school model conceptually supposes a quality education given to all students - considered within normality patterns with those with special educational needs - in the Regular school, where pedagogical work must be developed that benefits all students without discrimination. The main objective of this research is to analyze the perception of the mothers of special students of a municipal school of northern lemon tree in the execution of the inclusive education program. And as specific objectives: Describe the methodology of the program; Show the difficulties encountered in the execution of the same; And verify the application of actions. About the methodology I declare that for this work to be developed, a research was done in sites on the mentioned subject, and a field research. The research to be performed is classified as qualitative explanatory. Data collection was performed through questionnaires containing 13 questions and a direct conversation with the institution manager and also a small interview with some mothers of students. Several difficulties were encountered in the program, for example: interacting with them and understanding certain behaviors. The solutions to these problems are made through adjustments of the school itself with the partnership of the education department. There were also applications of government actions during this period. It is concluded that the special student is being attended, something that previously had no tool for them to come to belong to the school. The actions are diversified with purpose and significant evolution, that through them the student will develop his abilities within his limitations.

Keywords: Inclusive Education _ governmental actions _ special student.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Objetivos.....	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. Breve histórico sobre educação.....	14
2.2. Políticas públicas na educação.....	15
2.3. Programas desenvolvidos pela secretaria de educação especial (Seesp)...	18
2.4. Programa educação inclusiva.....	19
3. METODOLOGIA.....	25
3.1. A coleta e a análise de dados.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
ANEXOS.....	31
Anexo 1.....	31
Anexo 2.....	32

1- INTRODUÇÃO

René Hubert (2014), a educação é um conjunto de ações e influências exercidas por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações fazem com que seja alcançado um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A secretaria de educação juntamente com o governo do estado trabalha na implantação de vários programas para o melhoramento da educação, dentre eles a educação inclusiva.

A educação inclusiva é um ramo que possui o objetivo de incluir crianças e adolescentes que possuem deficiência física, mental ou sensitiva na escola regular, integrando crianças com e sem deficiência na mesma sala de aula. Segundo Pessotti, Antes da existência do programa educação inclusiva, os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados, devido suas condições atípicas.

Dessa forma, juntamente com o gestor da instituição municipal na área da educação, (a Escola de Ensino Fundamental José Hamilton de Oliveira, situada no Bairro Luiz Alves de Freitas na cidade de Limoeiro do Norte estado do Ceará), que apoia e se beneficia do programa educação inclusiva do Governo do Estado, decidimos que iremos abordar o seguinte tema: Educação inclusiva: uma percepção quanto à execução do programa e as ações realizadas na referida escola no período de 2014 a 2015.

Nesse contexto procuramos responder ao problema: qual a percepção das mães de alunos especiais de uma escola no município de limoeiro do norte quanto à execução do programa educação inclusiva?

O objetivo principal desse trabalho é analisar a percepção das mães de alunos especiais de uma escola municipal de limoeiro do norte quanto à execução do programa educação inclusiva. E como objetivos específicos: Descrever a metodologia do programa; mostrar as dificuldades encontradas na execução do mesmo; e verificar a aplicação das ações.

Sendo realizada uma pesquisa em sites sobre o assunto mencionado, seguido de leitura em diversos livros, artigos, dissertações e uma pesquisa de campo.

O motivo pelo qual escolhi essa instituição e esse tema foi uma pequena conversa com o gestor, onde ele citou alguns benefícios e algumas deficiências na aplicação do programa, também algumas barreiras encontradas pelos executores do mesmo, podendo ser sugerido algumas alternativas para o melhoramento do programa.

O trabalho apresenta-se estruturalmente dividido em cinco (5) capítulos, sendo que no primeiro capítulo trata-se da introdução onde se faz uma abordagem sobre o tema com uma breve contextualização, a problematização, os objetivos do trabalho, as justificativas e sua estrutura.

No segundo capítulo trata-se do referencial teórico, a qual traz conceitos de autores e os pontos chaves encontrados nos referenciais pesquisados para auxiliar na compreensão do objeto de pesquisa. Os principais pontos são: Breve histórico sobre educação, Programas desenvolvidos pela secretaria de educação especial (Seesp), Programa educação inclusiva.

No terceiro capítulo aborda-se a metodologia utilizada para realização da pesquisa, a qual se informa como foi classificada a pesquisa quantos aos objetivos, aos procedimentos e a abordagem adotada.

No quarto capítulo traz os resultados e as discussões da pesquisa abordando os resultados alcançados. E por fim, aborda-se a conclusão no quinto capítulo, onde todos envolvidos no programa se mostrar interessados em acatá-lo de forma que venha beneficiar aos necessitados.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral:

Analisar a percepção das mães de alunos especiais de uma escola municipal de limoeiro do norte quanto à execução do programa educação inclusiva.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Descrever a metodologia do programa;
- Mostrar as dificuldades encontradas na execução do programa;
- Verificar a aplicação das ações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Breve histórico sobre educação

René (2014), a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem.

Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade.

Educação (do latim *educations*) no sentido formal é todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados.

No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A educação nacional remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão do ensino público e fiscalização do ensino particular.

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (et. al., na mídia).

Como Wilson faz notar, a EI encontra-se completamente impregnada de valores éticos e de morais. Correia (2000), na mesma linha, refere-se à “ideologia da Inclusão” querendo realçar a forte carga ideológica que é atribuída aos projetos de EI. Ao examinarmos mais de perto as suas premissas, descobrimos que existe uma “energia bondosa” na EI que poderia ser sintetizada na frase: “Queremos que todas as crianças sejam educadas juntas, sem discriminação numa escola livre de

barreiras e ligada à comunidade”. Perante um idealismo que associa a inclusão aos direitos humanos e à justiça social é compreensível que a força fundamental da promoção de tal programa repouse nas atitudes, na vontade e na ética dos professores.

Assim, o desafio do sistema de ensino é colocar no centro da política pública o valor das diferenças e da diversidade com seus conteúdos étnico-racial, geracional, de pessoas com deficiência, de gênero, de orientação sexual, regional, religioso, cultural e ambiental. As atuais Resoluções do Conselho Nacional de Educação estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais, orientando a construção de um sistema educacional inclusivo, que garanta o direito universal de acesso à escolarização e assegure, como parte integrante desse direito, o respeito e a valorização da diversidade.

2.2. Políticas públicas na educação

Na década de 1990, o movimento para uma educação inclusiva se fortaleceu com a Declaração no mundo inteiro de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial determina que apenas os alunos que conseguem “acompanhar” os processos educacionais e as atividades no mesmo ritmo podem frequentar as escolas especiais.

A educação de alunos com necessidades educativas especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva. Esta proposta ganhou força, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...” (p. 8-9, grifo nosso)..

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1995, p. 17) define como portadores de Altas Habilidades/ Superdotados os educandos que:

[...] apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral;

aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para as artes e capacidade psicomotora.

Mas pode-se também entender o conceito de políticas inclusivas dentro daquela qualidade histórica a que Bobbio (1992) chama especificação de direitos. Trata-se do direito à diferença, no qual se mesclam as questões de gênero com as de etnia, idade, origem, religião e deficiência, entre outras. A presença de imigrantes, provindos em boa parte de ex-colônias ou de outros países, repõe não só o tema da desterritorialização e dos fluxos migratórios como também o retorno de temas como tolerância e multiculturalismo no âmbito dos espaços nacionais perante minorias ali presentes.

Os autores afirmam que a superdotação escolar é o tipo mais facilmente avaliado pelos testes de Q.I. e/ou outros testes de habilidades cognitivas, o que os tornam os tipos mais frequentemente usados na identificação de alunos que irão participar de programas especiais. Isto ocorre devido ao fato de que determinadas habilidades medidas nos testes de Q.I. e de aptidão são as mais valorizadas em situações de aprendizagem na escola. Ou seja: “[...] as tarefas requeridas nos testes de habilidades são similares às que os professores solicitam na maioria das situações de aprendizagem escolar.” (RENZULLI; FLEITH, 2002, p. 13).

Independentemente do gênero, classe social ou outras características individuais e / ou sociais, a inclusão é um direito fundamental de todas as crianças. Enquanto direito fundamental, o direito à inclusão não pode ser negado a nenhum grupo social nem a nenhuma faixa etária (BAPTISTA, 1999; BÉNARD DA COSTA, 1999; CÉSAR, 2003). A inclusão garante que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças, acessem a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas.

A inclusão obriga a repensar a diferença, pois cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Segundo a perspectiva inclusiva aceitar a diferença implica respeitar as características, os interesses, as motivações e os projetos de vida de cada criança, o que só é possível criando estratégias e recursos educativos capazes de promover o seu desenvolvimento global (AINSCOW, 1999). A ideia central do princípio da inclusão é que todos os alunos são únicos, com as suas experiências, interesses e atitudes e é a escola que se tem de adaptar aos seus alunos, para tirar

partido da diversidade existente. A diferença surge como uma mais-valia, como uma oportunidade de desenvolvimento (AINSCOW, 1999; MORATO, 2003).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
 - Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação Inter setorial na implementação das políticas públicas.

Assim sendo, a busca de maior igualdade entre os grupos vulneráveis abdica as iniciativas tendentes a garantir a igualdade legal entre todos os indivíduos. Se considerarmos as graves dificuldades das contas públicas às voltas com o pagamento de dívidas e com as limitações de recursos para os investimentos em direitos sociais universais, a focalização não deixou de ser uma estratégia dos

Estados para uma alocação específica de recursos (Draibe, 1989, 1993). A relação entre o direito à igualdade de todos e o direito à equidade, em respeito à diferença, no eixo do dever do Estado e do direito do cidadão não é uma relação simples.

É preciso fazer a defesa da igualdade como princípio dos direitos humanos, da cidadania e da modernidade. Políticas de educação igualitária respondem por uma escolarização em que os estudantes possuem os mesmos direitos, sem nenhuma discriminação de sexo, raça, etnia, religião e capacidade, todos frequentando os mesmos claustros, isto é, tendo acesso, permanência e sucesso nas etapas da educação básica. Trata-se de efetivar a igualdade de oportunidades e de condições ante um direito inalienável da pessoa – a cidadania e os direitos humanos (Cury, 2002).

2.3. Programas desenvolvidos pela secretaria de educação especial (Seesp).

A Secretaria de Educação Especial (Seesp) desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Para apoiar os sistemas de ensino, a secretaria desenvolve o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância -, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Dentre as ações desenvolvidas pela Seesp está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

2.4. Programa educação inclusiva

Inicialmente é preferível uma primeira fase, marcada pela negligência, na era pré-cristã, onde existia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais. Na era cristã, segundo Pessotti (1984), o tratamento era variado segundo a caridade ou castigo existente na comunidade em que o deficiente vivia

Conforme Beraldo (1999) para implantação da educação que nos referimos, no sentido a mudanças radicais no interior da escola, no emocionante currículo, modo de avaliação e presença de um corpo técnico especializado (composto por psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo), foram coincidentes as apresentadas em depoimentos dos participantes do estudo de Souza (2003

De acordo com Carvalho (1998) e Oliveira e Poker (2002), o modelo da escola inclusiva supõe, conceitualmente, uma educação de qualidade dada para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que beneficia a todos os alunos, sem discriminação. Sendo assim, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica, étnica ou cultural.

Para Cardoso (2003) a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, é essencial a um aspecto e um desafio para o século XXI, sendo cada vez mais resistente, nos diferentes sistemas e níveis educativos.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (JANNUZZI,1992; BUENO,1993; MAZZOTTA,1996).

Aguiar e Duarte (2005) acredita que a Educação especial, sendo um dos componentes curriculares da educação básica, não pode ficar indiferente ao movimento da educação especial. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, essa disciplina deve-se constituir a mesma língua do processo da inclusão escolar e social.

A inclusão apresenta inúmeras vantagens (PECK; ODOM; BRICKER, 1993), como nos mostra a investigação realizada nas últimas duas décadas. São diversos os estudos que apresentam claras vantagens da dita Escola para Todos, sendo que o impacto parece ser bastante positivo para os diversos intervenientes neste processo, nomeadamente as crianças com necessidades especiais e respectivas famílias e as crianças com desenvolvimento "dito normal" e suas famílias. Quanto aos benefícios para as crianças e jovens ditos "normais" Staub e Peck (1995 apud TANNER; LINSKOTT; GALLIS, 1996) referem a redução das atitudes de receio relativamente às diferenças humanas, o desenvolvimento de princípios pessoais e de relações de amizade calorosas, a melhoria no auto-conceito, e ainda a melhoria na cognição social

Em face de tantos e tão significativos benefícios entendemos que quanto mais cedo se iniciar o caminho da inclusão, mais extensas e positivas serão as mudanças no desenvolvimento da criança e na sua inserção social, sendo importante analisar algumas das especificidades deste processo em relação aos escalões etários mais baixos

Muito se tem escrito sobre as diferenças entre "Integração" e "Inclusão" (Correia, 2001, Rodrigues 2001, 2003). Afigura-se que a integração supõe uma participação numa estrutura com valores próprios e aos quais o aluno "integrado" se tem que adaptar. Diferentemente, a EI pressupõe uma participação exclusiva numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta todas as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo.

Perrenoud (1996) fala exatamente dos alunos com "pequenas" e "grandes" diferenças. Apesar de o termo alunos especiais ser muito usado, isso não significa que ele tenha um entendimento claro. Tal como no período integrativo existiam os "deficientes" e os "normais" encontramos agora os especiais e os normais.

Uma das preocupações centrais sobre a questão da inclusão é saber se ela será bem sucedida. O que significa então uma inclusão de sucesso?

Para Cross et al. (2004) podemos falar em sucesso no processo de inclusão quando:

- As crianças progredem nos objetivos que foram previamente definidos;

- As crianças evoluíram no seu desenvolvimento pessoal bem como na aquisição de conhecimentos e habilidades preconizadas para todas as crianças;
- As crianças foram bem-vindas pelos profissionais e pares dos programas que frequentam e foram aceites como membros do grupo, de pleno direito;
- Os pais estão satisfeitos com as evoluções dos seus filhos e com o fato de os seus filhos parecerem estar bem enquadrados e felizes nos grupos em que estão inseridos.

Se a criança é rejeitada pelos pais, não recebe os apoios adequados por parte dos técnicos ou, ainda, se os técnicos não dão resposta às preocupações dos pais, então a inclusão não pode ser considerada como bem-sucedida. Vários autores têm referido a importância do apoio à família e o seu envolvimento ativo neste processo como um fator crítico no sucesso da inclusão (SALEND, 2004; DUHANEY; SALEND, 2000).

Num estudo realizado por Cross et al. (2004) sobre as práticas dos técnicos que contribuíram positivamente para o processo de inclusão, foram identificados quatro aspectos que nos parecem fundamentais para garantir uma inclusão de sucesso, os quais passaremos a analisar seguidamente:

- Atitudes dos profissionais e das famílias;
- Relação dos pais com os prestadores de cuidados;
- Intervenção pedagógico-terapêutica;
- Adaptações dos contextos físicos.

Outro dos aspectos que parece ser determinante para uma inclusão de sucesso, tem a ver com a proximidade entre os técnicos e a família, sendo fundamental manter um sistema de comunicação continuada entre ambos (CROSS et al., 2004; KACZMAREK, 2006).

Conforme Gêwada Weyne, o Governo do Estado, por meio da Seduc, tem investido no sentido de melhorar o atendimento a essa população. “O trabalho acontece de várias maneiras, seja reorganizando propostas pedagógicas específicas, seja redimensionando e fortalecendo os serviços, bastante diversificados, que dão suporte às escolas no processo inclusivo dos educandos da educação especial” – ressalta.

Voltando ao domínio da Educação descobrimos que, se a ênfase na formação de professores for dada na diferença e nos casos mais profundos, acabamos por

proporcionar (ainda que com boas intenções...) um argumento para que o jovem professor avalie a sua futura tarefa que não possa ultrapassar e até a rejeitar a inclusão de alunos com dificuldades devido exatamente ao conhecimento que tem das dificuldades reais que esses alunos têm.(2005) AGUIAR E DUARTE

Ainda se vê uma grande deficiência, tanto nas instituições de ensino de todos os níveis, como dos profissionais de educação em todos os setores de atuante, desde a gestão escolar e orientação pedagógica, até os professores em salas de aulas físicas e virtuais. A falta de conhecimento, e acesso às tecnologias e a formas de capacitação usada e muitas vezes, de vontade, dedicação e interesse, determinam, de forma inexorável, o futuro dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). (AFFONSO, 2014)

Um determinado subsistema educativo tomou a decisão de desativar as escolas especiais da região e enviar os alunos que antes faziam parte desta escola para a escola regular. Esta decisão foi muito aceita diminuiu recursos porque a escola especial absorvia uma parte importante do orçamento da região, permitiu que alguns professores que estavam colocados na escola especial pudessem voltar ao sistema regular de ensino e ainda proporcionou uma imagem de "inclusão". Neste início do século XXI parece que nunca a desigualdade entre os homens foi tão grande e não encontramos solução plausível nem previsível para injustiças e conflitos que proliferam e preenchem o nosso cotidiano de informação. Tal como aponta Wallerstein no seu livro.

Em relação à pessoa com deficiência, os preconceitos podem ser observados com segurança, às práticas de discriminação tão frequentes em nossa sociedade, como o acesso à escola e ao mundo do trabalho, dentre outras, reforçando que: o Brasil tem em sua Constituição a proibição da discriminação, mas nem por isso ela deixa de existir em frequentes ocasiões", como diz Crochík (1997a,).

Preconceito tornou-se necessário o atendimento educacional especializado em escolas como Pestalozzi, APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Instituto Benjamin Constant (para cegos e deficientes visuais), Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos), entre outras. Na década de 1960, diversas instituições privadas sem fins lucrativos foram criadas com o objetivo de atender as pessoas com deficiência e necessidades especiais, diminuindo a responsabilidade do Estado em criar e implantar políticas para a sociedade. (MENDES, 1995,)

Em cada época, o entendimento de deficiência mental refletiam as esperanças sociais daquela época histórico. Nesse contexto, a concepção de deficiência mental, de acordo com Jannuzzi (1992), passou atender diversos tipos de crianças que tinham em comum o fato de apresentarem comportamentos diferentes daqueles esperados pela sociedade e pela escola. Sob certas deficientes mentais, encontramos alunos indisciplinados, com aprendizagem lenta, abandonados pela família, portadores de lesões orgânicas, com distúrbios mentais graves, enfim toda criança considerada fora dos padrões ditados pela sociedade como normais.

Assim, o esforço para conseguir a educação para todos, segundo Ainscow (1997), deve entender que:

Em vez de se sublinhar a hipótese da integração, acompanhada da concepção de que se devem somar medidas adicionais para responder aos alunos especiais, num sistema educativo que se mantém, nas suas linhas gerais, inalterado, assistimos a movimentos que visam a educação inclusiva, cujo objetivo consiste em reorganizar as escolas, de modo a que respondam às necessidades de todas as crianças deficientes.

O conceito de diversidade, de acordo com Sacristã (2002), diz respeito às aspirações de liberdade e democracia, e, principalmente, à necessidade de se conviver com as diversidades sociais. Esse conceito trouxe para, a sociedade, um novo pensamento: não mais era concebível um modelo de humanidade abolindo determinados padrões sociais e de adaptação dos excluídos. Segundo Lima “O Brasil possui uma diversidade incrível e devemos aproveitar ao máximo as diferenças em prol da educação. A inclusão passa pela compreensão das diferenças e aproveitamento da diversidade para a construção de uma educação que realmente forme cidadãos plenos”. (AFFONSO, 2014)

A convivência de ambos com as diferenças, tornando-os indivíduos completos. Quando criança, o desenvolvimento ocorre em duas fases, o que se pode desenvolver e solucionar sozinho, e o que só é possível resolver com a ajuda de outra pessoa. Dessa forma, o indivíduo desperta e desenvolve vários processos que resultam no aprendizado. (VYGOTSKY, 1978 apud IBDIN, 2012)

Atualmente, o programa está em funcionamento em 162 municípios-polo. Em parceria com o Ministério da Educação, esses municípios oferecem cursos, com duração de 40 horas, em que são formados os chamados multiplicadores. Após a

formação recebida, eles se tornam aptos a formar outros gestores e educadores. De 2003 a 2007, a formação atendeu 94.695 profissionais da educação com a participação de 5.564 municípios.

Na atualidade, Afonso (2004) afirma que ainda se observam enormes problemas que dificultam a real implantação de uma política inclusiva na educação:

- instituições despreparadas: currículos impróprios, metodologia e práticas que não possuem foco no aluno, em suas potencialidades, mas na homogeneização do ensino;
- educadores incapazes, sem conhecimento das metodologias adequadas, das tecnologias e conteúdos que podem facilitar o aprendizado, a comunicação, a interação e a inclusão do aluno;
- falta de informação, de recursos, de apoio, de participação de governos, sociedade, família, etc.;
- falta de políticas efetivas de inclusão

O trabalho realizado se diferencia dos demais, por ser uma análise do programa em determinado período, onde o mesmo analisa as ações que foram implantadas na escola e a realização das mesmas. Obtendo resultados para através deles podermos identificar os impactos causados pelo programa na referida escola. Podendo assim descobrir as dificuldades e deficiências existentes para a realização do mesmo.

3. A METODOLOGIA

Pesquisa é um conjunto de ações que visam à descoberta de novos conhecimentos em uma determinada área.

No meio acadêmico, a pesquisa é um dos pilares da atividade universitária, em que os pesquisadores têm como objetivo produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.

A pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007). Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Segundo Gil (2007, p. 43), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

A pesquisa realizada se enquadra como explicativa, por analisar uma percepção, através de resultados colhidos. Sendo realizada uma pesquisa em sites sobre o assunto mencionado, seguido de leitura em diversos livros, artigos, dissertações e uma pesquisa de campo.

Na pesquisa explicativa não pode haver interferência do pesquisador, que deverá apenas descobrir a frequência com que o fenômeno acontece ou como se estrutura e funciona um sistema, método, processo ou realidade operacional.

3.1. Coleta de dados

A coleta de dados aconteceu por meio de um questionário contendo 13 questões e de conversa direta com o gestor da instituição e também uma entrevista com algumas mães de alunos, que aceitaram contribuir para obtenção dos resultados. Essa foi à maneira mais conveniente que encontrei. Onde dados foram colhidos e comparados com a realidade, obtendo os resultados reais. A pesquisa assim denominada envolve a obtenção de dados descritivos, procurando identificar os impactos dos participantes da situação em estudo.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Com a aplicação de um questionário ao gestor da instituição colhi os seguintes resultados: O programa Educação Inclusiva foi implantado na escola Jose Hamilton de Oliveira que fica situada no bairro Luiz Alves de Freitas no município de Limoeiro do Norte, desde 2012 com atendimento especializado. A divulgação desse programa é feita para a população através da secretaria municipal de educação e através da própria instituição com a procura aos pais. No mesmo encontra-se 12 alunos matriculados, com uma frequência de 70 por cento. Eles atuam na sala regular em torno de 16 horas semanais dependendo do grau da deficiência. Em relação aos pais, eles se mostram interessados em levar os filhos para o atendimento especializados, mas na sala regular tendem a ter receio. Os professores são especializados para atuar nessa área, buscando metodologias significativas. Que são: uma professora psicopedagoga clinica e duas cuidadoras. Já os respectivos alunos da instituição de ensino, têm carinho pelos que são especiais querendo ajudar a cuida-los.

Existem varias dificuldades para lidar com os mesmos, como interagir, entender certos comportamentos e conviver com eles quando não se tem conhecimentos suficientes. A metodologia do programa segue através de métodos específicos para cada grau de deficiência, sendo alunos com SÍNDROME DOWN, PARALISIA CELEBRAL, AUTISMO, DEFICIÊNCIA VISUAL, Mental, INTELECTUAL entre outras ainda não diagnosticadas.

O gestor afirma que no período de 2014 a 2015, têm sido aplicadas poucas ações na Educação Inclusiva através do Governo do Estado, apenas foram adquiridos alguns equipamentos como: computadores, impressoras, jogos para alunos especiais. Mesmo assim teve muitas evoluções com a aplicação das mesmas, o aluno especial está sendo atendido, coisa que antes não tinha essa ferramenta.

As ações são diversificadas com proposito e evolução significativa que através das mesmas o aluno desenvolva suas habilidades dentro das suas limitações. A busca de ações significativas já parte do professor é relevante com jogos educativos, musicas, livros etc.

Nesse período de 2014 a 2015 foram encontrados vários problemas no programa, tais como: a falta de equipamentos (carteiras, mesas para alunos

deficientes, entre outros), a dificuldade de dialogar com os pais sobre o tratamento em casa com esses alunos, principalmente com a higienização dos mesmos a forma de tratamento para com pessoas preconceituosas.

No instante que segue, as soluções são realizadas através de adequações da própria escola com a parceria da secretaria de educação.

Outras informações sobre o programa foram colhidas através de algumas mães de alunos especiais. Procurei as mães desses alunos para fazer uma pequena entrevista, algumas se recusaram de falar sobre o programa, pois não sabiam informar como é o funcionamento do mesmo, outras por serem analfabetas e também não conhecerem o programa se recusaram de falar qualquer informação. Consegui conversar com três mães, onde umas mencionaram que seus filhos estão no programa desde o início do programa, outra diz que seu filho está desde 2015. Elas consideram a Educação Inclusiva um programa de grande aceitação, desde que seja executado de forma correta e com bons profissionais. Uma menciona que no ano de 2015 o filho não teve muito êxito, pois os profissionais que o executava não tinham grande habilidade. Porém no ano seguinte teve um melhoramento com a troca de alguns instrutores. As outras duas acham pouca evolução no desenvolvimento dos mesmos.

Elas afirmam que os filhos são participativos e gostam de atuar na sala regular. Relatam que o incentivo é muito pouco para que o aluno com deficiência continue participando do programa.

As dificuldades são os preconceitos enfrentados por alguns alunos da escola, eles não respeitam as deficiências dos alunos especiais, precisando até da presença dos pais para tentar resolver os constrangimentos.

Deficiências visualizadas pelas mães, elas citam a falta de equipamentos adequados e habilidades dos profissionais para lidar com os alunos.

Consideram como melhoria para o programa, investir mais na formação dos educadores e uma carga horária maior na sala de ensino especial, para que eles pudessem conviver mais uns com os outros, também relatam que deveriam manter maior contato com os pais para saberem mais sobre os alunos, e também cobrar a participação dos pais mais constante na escola para terem mais informações de como lidar com os mesmos tendo assim um relacionamento mais agradável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho exposto, ratifica-se a importância da educação inclusiva como programa complementar na educação de alunos especiais.

O programa Educação Inclusiva é muito importante, ou mesmo indispensável, tem a finalidade de incluir a pessoa com deficiência no meio social e também contribui para o desenvolvimento do aluno especial.

Apesar de existir o receio dos pais em deixar seus filhos na sala regular, e da dificuldade da escola em lidar com os mesmos e das poucas ações adquiridas através do programa. Todos procuram diversificar as ações com propósito de evolução significativa.

O objetivo geral dessa pesquisa foi atingido por meio do gestor e da percepção de algumas mães de alunos especiais de uma escola municipal de Limoeiro do Norte quanto à execução do programa Educação Inclusiva.

Registra-se como limitação da pesquisa, o fato de não ter sido possível aplicá-la com cem por cento das mães de alunos especiais da referida escola, uma vez que a maioria se recusou em participar. Sugere-se o tema da Educação Inclusiva como objeto de estudo para outras pesquisas dessa natureza, de modo a promover a diversificação do funcionamento do programa e que o aluno desenvolva suas habilidades dentro das suas limitações, trazendo assim a eficiência do mesmo para a administração pública.

7. REFERÊNCIAS

BRANDAO, Maria Teresa e FERREIRA, Marco. Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil. Ano 2013

in: (2006) David Rodrigues (org.) "Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva", S. Paulo. Summus Editorial.

Mrech, L. M. (1998). O que é educação inclusiva. Revista Integração, (8).

Batista, Cristina Abranches Mota, and Maria Teresa Egler Mantoan. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. Educação Inclusiva: um novo paradigma de Escola. Rev. Lusófona de Educação [online]. 2011

CAIADO, Kátia Regina moreno e LAPLANE, adriana lia. Programa educação inclusiva: direito a diversidade- uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. Ano

Pós-graduando. Com/diferenças-pesquisa-descritiva-exploratória-explicativa/

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento.** *Cad. CEDES*, Set 1998, vol.19, no.46, p.00-00. ISSN 0101-3262

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

Senna, Luiz Antônio Gomes. **Formação docente e educação inclusiva.** *Cad. Pesqui.*, Abr 2008, vol.38, no.133, p.195-219. ISSN 0100-1574

Silva, Maria Odete Emygdio da. **Educação Inclusiva: um novo paradigma de Escola.** *Rev. Lusófona de Educação*, 2011, no.19, p.119-134. ISSN 1645-7250

Kassar, Mônica Carvalho Magalhães. **Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade.** *Educ. Soc.*, Set 2012, vol.33, no.120, p.833-849. ISSN 0101-7330

<http://www.conteudoescola.com.br/inclusao/17/66>

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

Mettrau, Marsyl Bulkool and Reis, Haydéa Maria Marino de Sant'Anna **Políticas públicas: altas habilidades/superdotação e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva**. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Dez 2007, vol.15, no.57, p.489-509. ISSN 0104-4036

Rev. bras. educ. espec. vol.19 no.4 Marília Oct./Dec. 2013

BAUDELOT, C. As Qualificações aumentam, mas a desigualdade torna-se ainda maior. Proposições, v.15, n.2 (44), p.15-38, maiolago.2004. Intente links

CRJCURTO JAMIL, CURTOJ CURY - Cadernos de Pesquisa, 2005

<http://www.seduc.ce.gov.br>

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

BRUINI, Eliane da Costa. "Educação no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em 01 de marco de 2017.

ANEXOS

Anexo 1- questionário aplicado ao gestor da instituição para a coleta de dados.

- 1- Em que ano foi implantado o programa Educação Inclusiva nesta escola
- 2- Quantos alunos matriculados existem no programa?
- 3- Qual a frequência em porcentagem dos mesmos?
- 4- Quantas horas semanais eles atuam em sala regular?
- 5- Qual a interação dos pais com a instituição?
- 6- Como são preparados os professores que interagem com esses alunos?
- 7- Qual o impacto dos outros alunos em relação a esses especiais?
- 8- Existem algumas dificuldades para lidar com os mesmos? Cite algumas.
- 9- Como é feita a divulgação desse programa para a população?
- 10-Descreva um pouco a metodologia do programa.
- 11-Que ações o Governo do Estado aplicou no programa Educação Inclusiva no período de 2014 a 2015?
- 12-Teve alguma evolução com a aplicação dessas ações? Fale um pouco sobre as mesmas.
- 13-Cite alguns problemas encontrados no programa nesse período.

Anexo 2 – entrevista com algumas mães de alunos especiais.

- 1- Há quanto tempo seu filho participa do programa?
- 2- Você como mãe, o que acha do programa Educação Inclusiva na escola?
- 3- Qual o comportamento dele em relação ao programa?
- 4- Quais os incentivos que ele tem para continuar no programa?
- 5- Existem algumas dificuldades para manter seu filho no programa?
- 6- Em sua opinião, existe deficiência no programa?
- 7- O que poderia ser feito para a melhoria do mesmo?